

É melhor ir levando ou ir se preparando?

investir é sonhar de olhos bem abertos.

A gente conta como. Acesse www.itaub.com.br/invista. Mude e conte com o Itaú na hora de investir ;-)

Itaú. Feito para você.



JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO

blogs.estadao.com.br/vox-publica / twitter.com/zerotoledo



O capital do PT

Em 2012, o PT tornou-se o maior partido do Brasil em votos recebidos, eleito a governar e dinheiro arrecadado. O partido completa 10 anos de governo federal – o maior tempo contínuo de um mesmo grupo político no poder em períodos de democracia plena. Conquistou a maior cidade do país. A presidente está no auge da popularidade e tem quase 80% de apoio no Congresso, em média. Os dois favoritos para 2014 são do PT.

Reserva moral do PSDB – nas palavras de José Serra –, Fernando Henrique Cardoso descreve sua melancolia com a política partidária e defende a necessidade de “bradar e mostrar indignação e revolta, ainda que

pouco se consiga de prático”. Quando a oposição está melancólica, a situação deveria estar exultante. Só que não.

O PT não sai das manchetes, mas por causa do outro lado da força. Condenada pelos ministros que pôs no Supremo Tribunal Federal, a cúpula que levou o partido ao sucesso vê-se na incômoda perspectiva de exercer o poder desde a cadeia. É um preço caro a pagar. Provavelmente caro demais.

As contradições entre o primeiro e o terceiro parágrafos alimentam a especulação: estará o PT no cume à beira do precipício? Ou desfruta a segurança de um espaço plano?

No que depender das previsões das consultorias econômicas e dos “pundits” brasileiros, a derrocada é logo ali

na frente. O problema é que se tem mais chance de êxito apostando num cara ou coroa do que acreditando nas projeções de especialistas. Melhor olhar para trás e tentar entender como chegamos aqui.

A estabilização econômica propiciou a emergência de um mercado interno grande e ativo. Aumentos reais do salário mínimo diminuíram a desigualdade de renda e deram lastro para a popularização do crédito. A redução das taxas de juros rompeu o dique financeiro e deixou o dinheiro irrigar a economia. Nada disso é monopólio petista, mas foi o PT que, por oportunidade ou competência, melhor faturou eleitoralmente o processo.

Partidarizar ideias que são patrimônio nacional as enfraquece. Mercado de consumo de massa, menos desequilí-

brio entre capital e trabalho, e diminuição da desigualdade de renda são conceitos sempre vulneráveis à reação de quem só se beneficia do mercado de luxo exclusivista, do “rentismo” e do “apartheid” social.

Há cada vez mais desinibidas declarações de que o aumento do salário mínimo é o problema e não a solução, de que há crédito demais para os pobres, de que bom mesmo era quando se podia ir a Paris ou Nova York sem correr o risco de ouvir português na rua.

É coincidência que essa desinibição suceda as condenações pelo STF dos malfeitos petistas? Ou que esteja entremeadada a notícias de Pajeros, propinas e patifarias de parasitas do poder que tiveram sua janela de oportunidade durante o mandato do PT?

O risco embutido nos desmandos é que após a condenação das pessoas venha a condenação das ideias que mantiveram seus correligionários no poder. Mesmo que essas ideias não lhes pertençam, nem que elas, por si, tenham qualquer coisa a ver com a corrupção de quem as defendeu eleitoralmente.

Para o grosso da população, mais importante do que quem comanda do barco é que o caminho percorrido desde

1994 não seja interrompido ou, pior, feito em marcha à ré.

Dinheiro e poder. O PT lucrou com o poder. O partido movimentou R\$ 1 bilhão na campanha de 2012. Foi a legenda que mais cresceu em arrecadação desde 2008: R\$ 362 milhões a mais. Sua fatia cresceu no bolo financeiro dos partidos e a isso corresponderam mais prefeituras e vereadores. PSDB e PMDB arrecadaram proporcionalmente menos e viram sua influência municipal murchar. Dinheiro é voto.

Nem tanto ao precipício, nem tanto ao planalto. O PT tornou-se o maior partido em votos e eleito a governar, mas eles são apenas 20% do Brasil. Sua arrecadação é recorde, mas não passou de 17% do total. A presidente tem 80% de apoio no Congresso, mas perde votações com frequência, porque sua base parlamentar é movida e infiel. Não há poder absoluto nem eterno.

Popularidade e favoritismo a dois anos da eleição valem tanto quanto ser o campeão do primeiro turno em campeonato por pontos corridos: nada – o Atlético Mineiro que o diga.

Dilma inaugura obra alvo de suspeitas no Maranhão

Rafael Moraes Moura

ENVIADO ESPECIAL / SÃO LUÍS (MA)

A três dias de anunciar um programa de investimento em portos, a presidente Dilma Rousseff viaja hoje ao Maranhão, onde vai inaugurar uma obra portuária do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) marcada pelo atraso e alvo de suspeitas aponta-

das pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Dilma participa nesta manhã da cerimônia de inauguração do berço 100, alargamento do cais sul e da ampliação do Porto de Itaqui, em São Luís.

Segundo a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), a expansão vai possibilitar um aumento de 5 milhões de toneladas por ano na

movimentação de cargas. A inauguração do novo atracadouro – com 320 metros de comprimento e 40 metros de largura – e o alargamento do cais custaram R\$ 139,5 milhões, dos quais 90% dos recursos chegaram via PAC e o restante foi bancado pelo governo estadual.

Conforme informou o **Estado** em maio de 2011, o contrato para

a dragagem do berço 100 foi suspenso por conta de inconsistências do projeto – a expectativa inicial era de que o empreendimento ficasse pronto até dezembro de 2009. Em agosto de 2008, relatório do TCU destacou que “a construção do berço 100 depende da realização da dragagem (...), cuja execução ainda não se iniciou” e “encontra-se

suspensa até a realização e conclusão dos estudos”.

O tribunal também encontrou indícios de irregularidade no contrato para construção do berço 100, alargamento do cais e da ampliação do porto, com sobrepreços da ordem de R\$ 28,1 milhões na planilha orçamentária de um contrato de R\$ 112,7 milhões firmado com a Serveng Ci-

vilson. Houve ainda “indícios de direcionamento e conluio no âmbito da concorrência”, conforme auditoria.

A Emap informou que o projeto executivo da obra foi aprimorado e que todos os indícios de irregularidades apontados pelo TCU “foram sanados por meio de repactuação de contrato conforme recomendação do tribunal”. Sobre a diferença no valor final da obra, a Emap atribuiu a variação a “reajustes contratuais” devidos a mudanças nos prazos.

Promotores reagem a lei que limita seus poderes

Entidades lançam ofensiva contra emenda que veda investigações criminais dos MPs

Débora Álvares / BRASÍLIA

rá realizado em 11 de dezembro.

Além disso, o deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ), contrário à proposta, diz que apresentará nesta semana um recurso para anular a votação da comissão que aprovou a PEC 37. O parlamentar alega que o regimento da Casa foi descumprido. Isso porque ele votou separadamente, mas não teve permissão de ler seu voto.

O vice-presidente da ANPR, José Robalinho Cavalcanti, destaca que as ofensivas já vinham ocorrendo desde que a PEC foi proposta e começou a tramitar na Câmara. “Tivemos várias conversas com os deputados da Comissão Especial, mas ficou visível o interesse ali representado”, afirma.

Vários integrantes da Comissão Especial da Câmara forma-



Trâmite. Proposta passou por comissão especial e precisa de aval do plenário da Câmara

● Procedimentos

2.295

investigações criminais foram instauradas pelos Ministérios Públicos do País de janeiro a novembro de 2012

386

procedimentos foram abertos no Rio, 1º do ranking dos Estados

da para analisar a PEC 37 são delegados de polícia, já integram sindicatos de delegados ou têm histórico de ações a partir de investigações do Ministério Público. “No plenário encontraremos uma outra realidade, muito mais diversa e temos confiança de que teremos su-

158

é o número de procedimentos em São Paulo, 5º Estado em número de investigações em 2012

2

são as investigações abertas por promotores e procuradores no Acre, o menor número no País

cesso”, avalia Cavalcanti.

As Associações de Delegados de Polícia do Brasil (Adepol-BR) e Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) usam o artigo 129 da Constituição Federal para justificar sua posição de que não cabe às procuradorias investigar. A legislação destaca como

funções institucionais do MP “exercer o controle externo da atividade policial” e “requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais”. Para os delegados, isso deveria excluir o poder de investigação do Ministério Público.

Procuradores, porém, interpretam a matéria de maneira diferente. “Como controlar a atividade policial sem poder investigar? Além disso, o MP atua como complemento da atividade policial. Defendemos uma atuação conjunta, não exclusiva”, ressaltou Cavalcanti.

Briga de classe. As próprias Polícias Federal e Civil estão divididas em relação à exclusividade que teriam na condução

de investigações criminais. Enquanto delegados defendem a proposta, agentes se colocam contra. O vice-presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Paulo Roberto Polônio, avalia que a briga ocorre por “ego dos delegados que desejam se equiparar aos procuradores de Justiça”.

A associação defende o poder de investigação do Ministério Público e acredita que uma aprovação definitiva da PEC do MP seria prejudicial à democracia e geraria mais morosidade à Justiça. “Um estudo nosso mostra que mais de 80% dos inquéritos policiais instaurados na PF são arquivados, ou por não se chegar à autoria ou por prescrição.”

Mensalão. Os Ministérios Públicos de todo o País conduziram mais de 4 mil investigações criminais desde 2010 – 2.295 delas entre janeiro e novembro deste ano. As ações das procuradorias desvendaram diversos esquemas de desvio de dinheiro público, venda de sentenças judiciais e até o pagamento a parlamentares para aprovação de projetos favoráveis ao governo – inquéritos que resultaram em operações como Caixa de Pandora e Anaconda e na Ação Penal 470, conhecida como mensalão, em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

A Polícia Federal não divulga a quantidade de investigações criminais conduzidas nos últimos anos. As averiguações em diversos níveis – desde furtos e tráfico de drogas até corrupção – passam de 100 mil. Desde 2010, porém, a PF deflagrou 771 operações que levaram à prisão de mais de 6 mil pessoas.